

PROCESSO CIVIL

Competência

- ♦ É possível a conexão entre um processo de conhecimento e um processo de execução, quando se observar entre eles uma mesma origem, sujeitando-os a uma análise conjunta. (150870)

Execução provisória

- ♦ Ainda que a execução provisória se realize, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, é inaplicável a multa do artigo 475-J, haja vista a necessidade do trânsito em julgado. (150869)

CIVIL E COMERCIAL

Promessa de compra e venda

- ♦ Descumprido o prazo para entrega do imóvel objeto do compromisso de compra e venda, é cabível a condenação por lucros cessantes decorrente da presunção de prejuízo. (150994)

Testamento

- ♦ Deve ser admitido o cancelamento da cláusula de inalienabilidade nas hipóteses em que a restrição representar lesão aos legítimos interesses dos herdeiros. (150628)

PENAL E PROCESSO

Crime contra a ordem tributária

- ♦ A apresentação de recibos médicos falsos à Receita Federal para comprovação de despesas médicas supostamente realizadas configura crime contra a ordem tributária. (150763)

Suspensão condicional do processo

- ♦ Configura óbice ao oferecimento da suspensão condicional do processo o fato de o acusado estar sendo processado em outra ação penal, com denúncia recebida. (150747)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Execução provisória

- ♦ A decisão que determina a constrição em numerário, em sede de execução provisória, implica ofensa direta ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. (150858)

Rescisão do contrato de trabalho

- ♦ Presume-se discriminatória a dispensa de empregado portador de doença grave e ainda estigmatizada, sendo da reclamada o ônus de provar o contrário. (150826)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

- ♦ É possível a discussão acerca da produtividade do imóvel em ação autônoma, distinta da desapropriatória, a fim do reconhecimento judicial antes da imissão na posse. (150865)

Serviço de esgotamento sanitário

- ♦ Possível a exigência de redução do preço público do serviço na proporção em que este é praticado como fator de equilíbrio interno da relação de consumo. (150520)

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

- ♦ A prescrição para a cobrança do crédito tributário se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal. (150804)

Imposto sobre serviços

- ♦ Os tabeliães e registradores não fazem jus ao tratamento privilegiado para recolhimento do imposto sobre serviços. (150808)

PROCESSO CIVIL

Ação de nunciação de obra nova

♦ O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo seu prédio, inexistindo qualquer óbice para tal, ainda que a construção obstrua a passagem de ar e iluminação. (150944)

Honorários de advogado

♦ A ausência de contrato escrito ou o dissentimento das partes acerca do montante devido a título de honorários legitimam o seu prévio arbitramento judicial. (150674)

CIVIL E COMERCIAL

Investigação de paternidade

♦ É sempre possível o desfazimento da adoção à brasileira, mesmo nos casos de vínculo socioafetivo, se assim decidir o menor por ocasião da maioridade. (150902)

União estável

♦ Inválido, e por isso não comporta o correlato reconhecimento judicial, o suposto estabelecimento de união estável por pessoa acometida de enfermidade mental. (150708)

PENAL E PROCESSO

Estelionato previdenciário

♦ A devolução à Previdência Social, antes do recebimento da denúncia, da vantagem percebida ilicitamente, não ilide a validade da persecução penal. (150935)

Sonegação fiscal

♦ Comete o crime de sonegação fiscal o agente que declara à Receita Federal, por ocasião da declaração de ajuste anual, despesas fictícias com médicos e psicólogos. (150761)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Adicional de periculosidade

♦ O motorista que tão somente acompanha o abastecimento do veículo, realizado por terceiro, não faz jus ao adicional de periculosidade, pois se trata de exposição eventual. (150842)

Salário-maternidade

♦ A condição de desempregada é fato que não impede o gozo do salário-maternidade, bastando a tanto que a beneficiária ainda se encontre na qualidade de segurada. (150896)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

♦ É inegável o direito à indenização, não apenas ao expropriado, mas também a terceiros cujos bens tenham sido prejudicados em sua destinação econômica em função da desapropriação. (150980)

Trânsito

♦ O registro do contrato de alienação fiduciária constitui mera garantia para fins de oposição a terceiros, sendo ilegal sua exigência como condição para transferência do veículo. (150920)

TRIBUTÁRIO

Imposto de transmissão de bens imóveis

♦ Não há modificação na base de cálculo do ITBI ou do IPTU, pois ambos utilizam o valor venal do imóvel, o que difere é a forma de apuração, possibilitando a diferença numérica. (151004)

Imposto sobre serviços

♦ A atividade de manipulação de medicamento constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços, enquadrada como serviço farmacêutico. (150620)